

Entrevista com a psicóloga **Christina Bastos** (CRP 05/22936), professora de Psicologia Escolar e supervisora de Estágio Escolar da Universidade Salgado de Oliveira.

1) Qual você acredita que seja o lugar reservado ao psicólogo hoje nas escolas?

Tenho percebido que a demanda é sempre por tratar de alunos que tenham dificuldades de aprendizagem ou de comportamento. Geralmente, a demanda que chega para nós é sempre essa, com maior ou menor intensidade. Existem basicamente duas correntes de atuação do psicólogo: uma que se conforma com essa demanda e faz exatamente isso, individualiza a questão das dificuldades que aparecem na escola – individualiza na criança, no sujeito, no aluno, ou no professor, pois às vezes o pedido é para que a gente trate de um grupo de professores. Ou seja, sempre individualizando as questões, pessoalizando, e não discutindo amplamente quais os fatores que têm como efeito uma dificuldade de aprendizagem ou de comportamento, ou o desgaste pessoal do professor.

Uma outra corrente, à qual eu me alio, é a que vai tentar discutir outra perspectiva, a de tentar entender o que está acontecendo naquela determinada escola que produz dificuldades de aprendizado e de comportamento. Eu trabalho muito na perspectiva da análise institucional, que ajuda a pensar quais são as forças que estão atravessando aquele campo e que estão produzindo esses efeitos, geralmente de paralisia, de desgaste e de adoecimento, no espaço escolar.

2) Você acha que os psicólogos têm conseguido trabalhar dessa última forma?

Conseguimos, mas não é fácil e é demorado. A mudança na perspectiva dos professores com relação aos alunos e em relação a ele mesmo é um processo lento, porque nós somos formados, somos produzidos subjetivamente para pensar individualmente as questões. Costumo dizer aos meus alunos que viemos de uma tradição de pensamento liberal em educação, que credita aos sujeitos a responsabilidade por seu fracasso ou seu sucesso. E essa concepção é muito difícil de ser desconstruída. É um processo longo e demorado, mas vamos conseguindo. Outro dia, um aluno me disse que somente um professor com quem ele trabalha se deu conta dessas questões, mas, quando acontece, é um prazer tão grande o que sentimos, de perceber que é possível trabalhar com o sujeito! Por isso, acho que conseguimos trabalhar sim, mesmo com dificuldades.

3) De que forma os psicólogos podem colocar sua intervenção na escola, junto com os professores, direção, alunos etc., de forma a produzir esse tipo de intervenção diferenciada?

A demanda é tratarmos os problemas. Eu, particularmente, não acredito que tenhamos que fechar os olhos para essa demanda. Eu geralmente trabalho da seguinte maneira: “tudo bem, vamos trabalhar com o aluno-problema, mas vamos discutir com eles para saber o que está acontecendo para eles estarem nesse lugar e como eles se sentem estando nessa posição de ser aluno-problema, aluno com dificuldade”. Mas, ao mesmo tempo, eu digo para a escola que não é possível tratar o aluno sem que o professor que está indicando esse aluno como problema acompanhe esse trabalho. Eu preciso trabalhar com esse professor também. Geralmente, isso dá certo e a escola, de certa maneira, se abre para que façamos esse trabalho com grupos de alunos, grupos de professores, ou, em alguns momentos, até juntando os dois grupos. Penso que o trabalho é dessa

maneira, com grupos, e fazendo o discurso circular de tal modo que sejam apontadas quais são as percepções que cada um tem do lugar que está ocupando ali.

A grande questão é conseguirmos fazer um deslocamento dos sujeitos do lugar de culpa e tentar começar a problematizar mais com eles a questão da responsabilidade. Quando falamos em responsabilidade, estamos falando em interação, porque a responsabilidade precisa ser compartilhada e a culpa não – a culpa cada um assume para si e carrega nas costas ou a recusa. Mas acho que é importante problematizarmos tanto com o aluno quanto com o professor qual é a responsabilidade, até onde ela vai nesse processo que faz com que o aluno seja o problema, que o professor indique qual é o aluno-problema e que o aluno se seja nesse lugar de problema. Acredito que o trabalho básico que temos que fazer, na micropolítica do cotidiano, é esse: fazer a discussão fluir no sentido de que essas pessoas percebam de que maneira elas estão se colocando nesse lugar ou atribuindo um lugar a outro sujeito.

4) Qual e diferença do trabalho nas escolas particulares e públicas?

Nas particulares, é difícil o psicólogo entrar, porque elas acreditam que o seu “mundinho” está muito bem, muito seguro. Então, elas não acreditam muito que o trabalho do psicólogo seja necessário, a não ser no caso de alguma criança que esteja apresentando algum problema. Nesses casos, ela é encaminhada, mas geralmente para atendimento psicológico fora da escola. Ou seja, é mais difícil trabalhar em escola particular.

Na escola pública, exatamente por ser pública, essa mentalidade de que as coisas precisam ser discutidas é mais tranqüila, mais fácil; a aceitação e a demanda são maiores, até porque ela tem menos recursos. A aceitação do trabalho do psicólogo fica facilitada em comparação com a escola particular, embora não seja fácil.

5) Como você vê a questão da medicalização na escola?

Acho que a questão da medicalização não passa só pela escola, ela tem sido a medicalização da vida como um todo. Aliás, são dois processos que estão andando concomitantes, porque nenhum dos dois dá conta sozinho: a medicalização e a criminalização dos atos. Isso está acontecendo na sociedade como um todo. Na escola, percebemos que se acredita ser uma maneira de facilitar o trabalho do professor.

É a questão da “docilização” dos corpos. Como não usamos mais o castigo corporal, uma maneira de se controlar o corpo é através da medicalização. Os professores acreditam que já perderam tanto o controle da sua “autoridade” sobre o aluno que essa é mais uma tentativa de se fazer esse controle. Por outro lado, há essa questão da criminalização. Fiquei espantada com um caso, por exemplo. Vim do Sul há pouco tempo e os alunos me falaram que, numa determinada escola de lá, 13 alunos foram processados pela escola porque “vandalizaram”. Não sei se quebraram alguma coisa ou picharam. Nenhuma discussão foi feita. Eles foram processados e transferidos compulsoriamente, o que é ilegal. Ou seja, eles foram expulsos da escola pública. E alguns desses alunos só são recebidos em outras escolas se a família assumir a responsabilidade de fazer tratamento com eles. Assim, ao mesmo tempo você medicaliza e criminaliza. Para mim, tanto a questão da medicalização quanto a da criminalização são tentativas da escola de continuar submetendo os corpos das pessoas.

6) Como o psicólogo pode intervir nessas situações?

Acho que só discutindo, problematizando essas questões, dizendo: “o que é isso? Esse é o último recurso? O que se está esperando com isso?”. Ou seja, colocar em discussão essas questões é o que o psicólogo pode fazer. Ele não pode proibir, ele não medica, porque a escola não medica. O máximo que ele pode fazer é discutir, tanto com a escola quanto com a família e as unidades de saúde a necessidade, a pertinência e a validade dessa medicalização. É um trabalho que tem que ser integrado, mas no sentido de colocar em discussão.

7) Como o psicólogo pode trabalhar temas do cotidiano que atravessam a escola, como as drogas e a violência?

Essas coisas estão na vida, e a escola faz parte da vida. Então, não dá para a escola fechar as portas e os olhos e não encarar essas questões, fingir que elas não existem. Isso não adianta absolutamente nada. Pelo contrário, vira um tabu, vira assunto inacessível. E costumo dizer que tudo o que é não dito acaba sendo mal dito. Então, é preciso discutir, abrir espaço para que essas pessoas tenham oportunidade de questionar, de divergir, de se colocar em relação a essas temáticas.

Como o psicólogo pode trabalhar isso? Nesses grupos que eu costumo trabalhar, quando essas questões aparecem, elas são tratadas da mesma maneira que as outras, elas fazem parte da vida escolar e não podem ser ignoradas. Eu não acredito muito no psicólogo como um sujeito que vai fazer o trabalho de prevenção, não acredito nem que ele tenha essa função. Mas quando se abre a discussão, talvez isso previna, mesmo que não seja essa a intenção. A intenção do psicólogo no trabalho escolar, quando essas questões aparecem como impedimento para alguma coisa, deve ser de tentar ao máximo esclarecer e ouvir as opiniões das pessoas.

8) Como a formação do psicólogo pode intervir na forma como ele atua na escola?

Sou apaixonada pela área de psicologia escolar e acho que ela tem perdido muito espaço dentro dos cursos de formação de Psicologia, o que eu não gostaria que continuasse acontecendo. Acho que temos que reforçar isso, até porque o que aprendemos em psicologia escolar não se aplica só nessa área. Podemos usar as discussões que fazemos em qualquer campo de atuação. Acho que é preciso valorizar um pouco mais as possibilidades da psicologia escolar, rompendo um pouco com a tradição clínica da escola. Acho que temos aí um campo de intervenção fantástico. Embora seja difícil, lento, é um campo de lutas fantástico.